

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0431-18

Itaqui(RS), 05 de setembro de 2018.

Exmo. Sr. Vereador
LEONARDO DICSON SANCHEZ BETIN
Presidente da Câmara de Vereadores
Palácio Rincão da Cruz
Rua Dr. João Sisnando Dubal Goulart, nº 942
Bairro: Centro
CEP: 97650-000
Itaqui – RS

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei.

Excelentíssimo Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar o **Projeto de Lei nº 051-18, de 05-09-2018**, acompanhado de sua respectiva justificativa, que busca autorização para “*convalidar pagamentos efetuados decorrentes da revisão geral anual, exercício 2015, e dá outras providências*”, para apreciação e decisão dessa Casa Legislativa.

Colocamo-nos a disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente.


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 051-18, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018

Convalida pagamentos efetuados decorrentes da revisão geral anual, exercício 2015, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam convalidados todos os pagamentos, de quaisquer parcelas remuneratórias, feitos aos servidores ativos do Poder Executivo, com fundamento na Lei Municipal nº 4.089, de 02 de março de 2015, decorrentes da revisão geral anual, anteriormente a publicação desta Lei.

Art. 2º Ficam convalidados todos os pagamentos feitos aos Agentes Públicos – Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, que percebem sua remuneração na forma de subsídios, com fundamento na Lei Municipal nº 4.091, de 02 de março de 2015, decorrentes da revisão geral anual, anteriormente a publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 05 de setembro de 2018.


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 051-18, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando este Projeto de Lei, para apreciação desta Casa, visando adequar a base de cálculo decorrente da revisão geral anual, concedida pelas Leis Municipais nº 4.089 e 4.091, ambas de 02 de março de 2015, aos Agentes Públicos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários) e servidores ativos do Poder Executivo, no exercício de 2015.

O índice previsto em Lei foi de 7,1378% (sete inteiros e um mil, trezentos e setenta e oito décimos de milésimos por cento), pagos em duas parcelas.

Na aplicação do reajuste os Auditores do Tribunal de Contas do Estado verificaram que a base de cálculo está incorreta, desde 2015, uma vez que o percentual de 4,1378% (segunda parcela do reajuste) utilizou como base, a remuneração/subsídios de janeiro de 2015 MAIS o primeiro reajuste de 3%. Desta forma, esse último valor obtido de reajuste representa 0,1205% a mais, concedido sem previsão legal. Na aplicação da alíquota para revisão geral anual, a Lei foi interpretada de forma equivocada, resultando pagamento indevido aos servidores ativos e agentes políticos. Criou uma falsa expectativa de que os valores recebidos eram legais e definitivos, impedindo assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé e ao princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos.

Este apontamento consta nos Relatórios de Auditoria Tradicional: Processo nº 3293-0200/15-0, exercício de 2015; Processo nº 002777-0200/16-0, exercício de 2016; e Processo nº 004425-0200/17-3, exercício de 2017 com sugestão de glosa de R\$53.493,69 (cópia parcial em anexo).

Cabe considerar, que o atual Gestor somente tomou conhecimento desta ilegalidade por ocasião da intimação para prestar esclarecimentos referentes ao exercício de 2017 (primeiro exercício do mandato) e quando já estava, por óbvio, findo o exercício auditado.

Frente a irregularidade constatada, na condição de Prefeito, busca a aprovação do presente Projeto de Lei a fim de evitar maiores prejuízos aos servidores e agentes públicos que perceberam suas remunerações de boa-fé.

Por outro lado, obrigar o atual Prefeito a ressarcir o erário à devolução de valores pagos indevidamente a título de remuneração e subsídios, seria prestigiar o enriquecimento sem causa do Município e, especialmente, dos próprios servidores, além de sua responsabilização patrimonial sem que jamais tenha praticado qualquer ato ilícito. Obrigar o Gestor Público, em situações como o presente, cuja conduta nem de longe está permeada de dolo ou culpa grosseira, à devolução de valores implica em verdadeira penalização excessiva.

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

Além do mais, não se pode olvidar que a Administração opera de forma desconcentrada e, no caso, por óbvio, que a conferência de todos os valores relativos à folha de pagamento não cabe ao Prefeito, sob pena de lhe ser exigida uma conduta incompatível com a natureza humana, consubstanciada na hipótese de estar onipresente em todos os atos de gestão praticados.

Desta forma, busca-se convalidar todos os pagamentos de quaisquer parcelas remuneratórias que exorbitou o alcance das reais intenções do Legislador, convalidar o pagamento das diferenças indevidas e tornar válido e legítimo a revisão geral anual concedida no exercício de 2015, o que antes era inválido e ilegítimo, em respeito aos princípios da segurança jurídica, proteção da confiança, moralidade, impessoalidade e eficiência, entre outros, inclusive para o efeito de não imputar a devolução de valores recebidos por terceiros de boa-fé e eventual responsabilização do Gestor com imputação de glosa.

Gabinete do Prefeito, em 05 de setembro de 2018.


Jarbas da Silva Martini
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Folha nº 4



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO

TCE

página
3917

Processo
425-0200/17-3

Rec. 004425-4/200-17-3
Relatório de Auditoria Executiva 2017

1.2.5 Reajuste indevido

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

Secretaria

Protocolo

Rubrica

Folha nº 5

Situação encontrada pela equipe de auditoria

Nos exercícios de 2015 (Processo nº 3293-0200/15-0) e 2016 (Processo nº 2777-0200/16-0), ambos pendentes de julgamento as Equipes de Auditoria relataram que o Executivo Municipal por meio da Lei Municipal nº 4.089, de 02 de março de 2015 reajustou os vencimentos de todos os servidores ativos do Executivo Municipal de forma linear (peça 1324607), ocorre que o reajuste aplicado a partir de maio de 2015 está com a base de cálculo incorreta, uma vez que o percentual de 4,1378% (segunda parcela do reajuste) utilizou como base de cálculo os subsídios de janeiro de 2015 mais o primeiro reajuste de 3% (reajuste sobre a base de cálculo incorreta).

Por sua vez, a Lei Municipal nº 4.169, de 11 de março de 2016 (peça 1324608) concedeu o reajuste no percentual de 11,28% (sendo 6% a partir de janeiro de 2016 e 5,28 a partir de junho de 2016, ambos reajustados conforme os vencimentos recebidos em dezembro de 2015) de forma correta, não havendo reajuste sobre reajuste.

Para o presente exercício a Lei Municipal nº 4.223, de 05 de abril de 2017 (peça 1324609) concedeu reajuste de 7,17% em parcela única de forma correta, acontece que a base de cálculo está errada, em virtude do exercício de 2015, por esta razão a falha permanece para este exercício, ou seja, apesar de os reajustes de 2016 e 2017 terem sido aplicados de forma correta, a base de cálculo estava equivocada desde o exercício de 2015.

A análise demonstrada os valores reajustados de forma ilegal para todos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO



Página
3918

Processo
04425-0200/17-3

Página da
peça
21

Peça
1325476

DOCUMENTO DE
ACESSO RESTRITO

ACESSO
5928B

os servidores públicos, com exceção do vale transporte que não foi reajustado, consoante informação prestada pelo Ente Auditado (peça 1324610). Ademais, as datas de pagamento estão informadas na peça nº (peça 1324584):

Mês 2017	Valor Total Pago de Forma Ilegal - (R\$) (a)	Vale Transporte (rubrica e-0095 da folha) (R\$) (b)	Subsídios (rubrica e-0098 da folha) (R\$) (c)	Diferença Base sem Vale Transporte (R\$) (d = a - b - c)	Valor que Deveria Ter Sido Pago (R\$) (e = d * 99,8795%)	Diferença (R\$) (f = d - e)	Data Pgto
Janeiro	3.805.301,01	33.414,52	65.193,00	3.706.693,49	3.702.226,92	4.466,57	01/02/2017
Fevereiro	3.301.446,18	33.524,57	65.193,00	3.202.728,61	3.198.869,32	3.859,29	01/03/2017
Março	3.350.598,36	33.519,76	72.725,80	3.244.352,80	3.240.443,35	3.909,45	31/03/2017
Abril	3.901.884,96	31.296,74	85.737,00	3.784.851,22	3.780.290,47	4.560,75	28/04/2017
Maio	3.946.287,56	31.053,23	85.737,00	3.829.497,33	3.824.882,79	4.614,54	02/06/2017
Junho	4.050.332,75	31.042,83	85.737,00	3.933.552,92	3.928.812,99	4.739,93	07/07/2017
Julho	4.011.961,44	30.643,41	90.873,00	3.890.445,03	3.885.757,04	4.687,99	07/08/2017
Agosto	3.979.716,20	31.384,20	90.873,00	3.857.459,00	3.852.810,76	4.648,24	22/09/2017
Setembro	3.965.530,61	31.252,91	90.873,00	3.843.404,70	3.838.773,40	4.631,30	24/10/2017
Outubro	3.960.188,93	31.480,52	85.737,00	3.842.971,41	3.838.340,63	4.630,78	22/11/2017
Novembro	3.943.067,82	31.369,69	85.737,00	3.825.961,13	3.821.350,85	4.610,28	21/12/2017
Dezembro 13º	3.514.345,44	0,00	83.169,00	3.431.176,44	3.427.041,87	4.134,57	28/12/2017
Dezembro							19/01/2018
Total						53.493,69	

1 – O resultado foi obtido retirando-se da base de cálculo do segundo reajuste de maio/2015 os 3% dados no primeiro reajuste de fevereiro/2015 da seguinte forma: o valor total pago no mês a partir de maio subtraindo-se o percentual de 0,1205% que é a diferença do percentual de 4,1378% aplicado sob **uma base de 103 % (100% mais 3% dada no primeiro reajuste)**, ou seja, $4,1378\% - 4,0173\% = 0,1205\%$. Assim, o Ente Auditado deveria ter utilizado o percentual de 4,1378% sob a base de cálculo de janeiro de 2015 sem considerar o reajuste de 3% ou utilizar o percentual de 4,0173% considerando o reajuste dado de 3%.

Memória de cálculo: por exemplo no mês de dezembro/2015 utilizou-se a base total pago = $3.172.506,33 - 3.168.683,46$ (este último foi obtido através da base paga $3.172.506,33 \times 99,8795\%$) = R\$ 3.822,87, então esse último valor obtido representa os 0,1205% concedidos de forma ilegal a partir de maio/2015.

Obs: 1 - Para o presente exercício as únicas rubricas presentes na folha de pagamento que não sofreram incidências dos reajustes foram o vale transporte e os subsídios, por esta razão foram desconsiderados no cálculo mensal.

2 – O mês de dezembro de 2016 foi pago em janeiro de 2017, entretanto consta no quadro supramencionado já que no ano de 2017 houve alteração do Gestor conforme orientação do manual geral de auditoria – item 9.4.2.2 (empenho e liquidação ocorreram em 2016, somente o pagamento em 2017).

3 – No 13º não ocorre desconto do vale transporte, pois este último se trata de uma parcela de cunho indenizatório.

4 – O pagamento da folha dezembro de 2015 ocorreu em 2016, por se tratar de pagamentos continuados e de responsabilidade do mesmo Gestor, incluiu-se nesse relatório (não constou no Processo nº 3293-0200/15-0 – pendente de julgamento).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO



Consequências para a administração e sociedade

O reajuste nos vencimentos em contrariedade à lei municipal fere o princípio da legalidade causando prejuízo ao erário.

Leis e outras normas aplicáveis ao caso

- art. 1º da Lei Municipal nº 4.089/2015;
- parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 4.091/2015;
- art. 1º da Lei Municipal nº 4.169/2016;
- art. 1º da Lei Municipal nº 4.223/2017.

Conclusões da equipe de auditoria

Ex positis, pugna-se pela devolução ao Erário da importância de **R\$ 53.493,69**, a qual foi paga em desacordo com o que preceituam o parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 4.089/2015 combinado com o parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 4.091/2015.

Administradores responsáveis

Jarbas da Silva Martini

Sugestões de débito			
Data	Responsável	Valor (R\$)	Referência
01/02/2017	Jarbas da Silva Martini	4.466,57	(peça 1324611)
01/03/2017	Jarbas da Silva Martini	3.859,29	(peça 1324612)
31/03/2017	Jarbas da Silva Martini	3.909,45	(peça 1324613)
28/04/2017	Jarbas da Silva Martini	4.560,75	(peça 1324614)
02/06/2017	Jarbas da Silva Martini	4.614,54	(peça 1324615)
07/07/2017	Jarbas da Silva Martini	4.739,93	(peça 1324616)
07/08/2017	Jarbas da Silva Martini	4.687,99	(peça 1324617)
22/09/2017	Jarbas da Silva Martini	4.648,24	(peça 1324618)
24/10/2017	Jarbas da Silva Martini	4.631,30	(peça 1324619)
22/11/2017	Jarbas da Silva Martini	4.630,78	(peça 1324620)
21/12/2017	Jarbas da Silva Martini	4.610,28	(peça 1324621)
28/12/2017	Jarbas da Silva Martini	4.134,57	(peça 1324622)
TOTAL		53.493,69	



LEI MUNICIPAL Nº 4.089, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DO
ART.37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
AOS SERVIDORES ATIVOS DO PODER
EXECUTIVO.

GIL MARQUES FILHO, Prefeito, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 53, letra h, da Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º A revisão geral anual, de que trata o art. 37, X, parte final, e art. 40, § 8º, da Constituição Federal, e as disposições vertidas na Lei Municipal nº 2.831, de 29 de março de 2004, é concedida pela aplicação do índice de 7,1378% (sete inteiros e um mil, trezentos e setenta e oito décimos de milésimo por cento) aos servidores ativos do Poder Executivo.

Parágrafo Único. o valor do índice de 7,1378% (sete inteiros e um mil, trezentos e setenta e oito décimos de milésimo por cento) será pago em duas parcelas, sendo a primeira equivalente a 3% (três por cento), retroativa a 1º de fevereiro de 2015, e a segunda correspondente a 4,1378% (quatro inteiros e um mil, trezentos e setenta e oito décimos de milésimo por cento), a contar de 1º de maio de 2015, tendo, ambas, como referência o salário do mês de janeiro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei serão atendidas pelas dotações próprias do orçamento para o ano de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE MARÇO DE 2015.

Gil Marques Filho
Prefeito

PUBLICAÇÃO:
Período: 02/03/2015 a 16/03/2015
LOCAL: ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Rubrica
Folha nº 8



LEI MUNICIPAL Nº 4.091, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Concede aos Agentes Políticos do Município a Revisão Geral Anual, prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e Leis Municipais nº 3.874, 3.875 e 3.876 /2012.

GIL MARQUES FILHO, Prefeito, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 53, letra h, da Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Aos Agentes Políticos do Município - Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e os Secretários Municipais que percebam sua remuneração na forma de subsídios, é concedida a revisão geral anual (RGA), de que trata o inciso X, parte final, do artigo 37 da Constituição Federal e as Leis Municipais nº 3.874, 3.875 e 3.876 /2012, estabelecida em 7,1378% (sete vírgula mil e trezentos setenta e oito por cento).

Parágrafo Único. O índice da RGA a ser aplicado aos subsídios dos Agentes Políticos terá como base o valor do mês de janeiro de 2015 e será pago na(s) mesma(s) data(s) e forma de pagamento dos servidores de cada um dos Poderes do Município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE MARÇO DE 2015.

Gil Marques Filho
Prefeito

PUBLICAÇÃO:
Período: 02/03/2015 a 16/03/2015
LOCAL: ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Rubrica
Folha nº 9